



**Sessão de abertura da VII Reunião da Assembleia Parlamentar da
CPLP**

Lisboa, 4 de dezembro de 2017

Intervenção da Senhora Secretária Executiva da CPLP

Excelência, Senhor Presidente da Assembleia da República Portuguesa,

Excelências, Senhores Presidentes das Assembleias Nacionais de Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné equatorial e São Tomé e Príncipe,

Excelência, Senhora Vice Presidente da Assembleia Nacional de Angola;

Excelência, Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa,

Excelência, Senhor Chefe da Delegação brasileira e Representante do Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP,

Excelência, Senhora Deputada Rosângela Gomes, Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares da CPLP,

Excelências, Senhoras e Senhores parlamentares, integrantes das delegações dos Estados-Membros,

Excelências, Senhores Embaixadores e membros do corpo diplomático,

Senhoras e senhores,



Permitam-me, em primeiro lugar, saudar V.Exas e expressar os meus agradecimentos pelo convite que me foi endereçado para me dirigir a Vossas Excelências no momento em que se iniciam os trabalhos da VII Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP.

Saúdo a Assembleia da República Portuguesa pelo acolhimento desta Reunião, aqui na capital Portuguesa.

Saúdo também as distintas delegações das Assembleias Parlamentares dos Estados membros aqui representados, na certeza de que as reflexões que aqui terão lugar contribuirão para o engrandecimento da nossa Organização.

Excelências,

Esta Reunião da Assembleia Parlamentar realiza-se num momento singular da vida da nossa Comunidade, pelo que acredito que a AP da CPLP tem um importante papel a desempenhar.

Permitam-me, por isso, aproveitar a honrosa oportunidade que me é oferecida para partilhar com Vossas Excelências alguns dos mais recentes desenvolvimentos registados na nossa Organização desde o último encontro da Assembleia Parlamentar, realizado em Brasília em abril de 2016.

Como sabemos, na sequência do balanço positivo dos primeiros vinte anos da sua institucionalização, a CPLP dotou-se de um novo instrumento orientador: A Nova Visão Estratégica.

Este instrumento orienta para o reforço da atuação da nossa Comunidade nos seus três pilares - a concertação político-



diplomática, a cooperação e a promoção e difusão da língua portuguesa, mediante uma maior aposta em outras áreas consideradas estratégicas, entre elas, os mares e plataformas continentais, o reforço da Cooperação com os Observadores Associados, a cooperação económica e empresarial, para citar apenas algumas.

A Nova Visão Estratégica pretende, assim, consolidar a nossa Organização, criando as condições para que a mesma realize o seu imenso potencial geopolítico, linguístico e económico.

E, tendo em vista a prossecução deste grande objetivo, a Nova Visão Estratégica reitera a importância da Assembleia Parlamentar, enquanto órgão da CPLP, e destaca o seu importante papel na promoção de maior aproximação entre os Estados-Membros da nossa Comunidade.

Com efeito, a reafirmação da vontade política de construção de um espaço comum de solidariedade, de concertação e de diálogo coloca inúmeros desafios à nossa Organização, tais como a facilitação da mobilidade das pessoas, a criação de um ambiente económico e jurídico que facilite a promoção do comércio e de investimentos mútuos, e a adoção da língua portuguesa como língua oficial das Nações Unidas, entre outros.

Acresce que na Cimeira de Brasília, os Estados Membros reiteraram o seu compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, (que, aliás, constitui o tema central da Presidência *pro tempore* Brasileira) e decidiram aprofundar a cooperação com vista a plena implementação desta Agenda.



Combinada com a Nova Visão Estratégica, a Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável proporciona à CPLP o enquadramento necessário para organizar a sua atuação de forma a responder aos crescentes desafios que se colocam aos nossos Estados-Membros a nível nacional, regional e global.

No âmbito internacional, a CPLP tem despertado crescente interesse. Desde 2014, oito Estados obtiveram o estatuto de Observador Associado da Organização. Depois da Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia, admitidos na Cimeira de Díli em 2014, a Hungria, a República Eslovaca, a República Checa e o Uruguai tornaram-se Observadores Associados na Cimeira de Brasília, somando-se às Maurícias e ao Senegal, que já detinham este estatuto desde 2006 e 2008, respetivamente.

Dessa forma, a CPLP conta hoje com dez Observadores Associados, encontrando-se na singular posição de ter um número maior de Observadores Associados que de Estados-membros. E processos de candidatura de outros países já estão em curso para serem submetidos à próxima cimeira, a realizar-se em Cabo Verde, em 2018.

Este facto revela uma significativa visibilidade internacional da CPLP, que tem sido percebida como um espaço importante de interlocução com os seus Estados-Membros.

Entretanto, o aumento exponencial do número de Observadores Associados coloca também desafios à nossa Organização no sentido de potencializar as oportunidades que se abrem tanto na esfera política e da cooperação, como na dimensão da promoção e difusão da língua portuguesa.



Com efeito, temos desenvolvido uma profunda reflexão sobre possíveis medidas e estratégias para responder a estes desafios.

Porém, se, no plano externo, a CPLP tem sido percebida de forma tão positiva, a mesma ainda não goza do mesmo prestígio no nosso espaço interno.

Ao longo dos 11 meses do meu mandato tive a oportunidade de visitar vários Estados Membros, auscultar as autoridades, grupos socio profissionais e a sociedade civil. Desta forma passei a conhecer melhor a nossa Comunidade. Não raras vezes, somos confrontados com questionamentos sobre a utilidade e a relevância da CPLP para os Estados membros e seus cidadãos.

É minha convicção que o trabalho desenvolvido pela CPLP ao longo dos seus 21 anos de existência ainda não é suficientemente conhecido pela população dos Estados-Membros e, mais ainda, que não há uma perceção uniforme sobre o que é ou não legítimo esperar da nossa atuação conjunta.

É nesse quadro que considero as atividades da Assembleia Parlamentar particularmente relevantes e mesmo essenciais para o futuro da CPLP.

Pela sua própria natureza, os Parlamentos estão próximos dos cidadãos. As suas deliberações têm um impacto direto e, muitas vezes, imediato na vida das populações. A proximidade e a regularidade das interações entre Vossas Excelências e as pessoas



que representam permitem que ideias, por vezes abstratas, se concretizem.

Por esta razão, permitam-me solicitar a Vossas Excelências que sejam advogados e porta-vozes da CPLP, dos seus objetivos, valores e princípios junto dos Vossos pares nos parlamentos dos vossos países, mas também e sobretudo junto dos cidadãos da nossa Comunidade.

Creio ser necessária uma maior aproximação entre a Assembleia Parlamentar e os demais órgãos da CPLP, de modo que a AP possa, por um lado, dar a sua contribuição efetiva aos programas e iniciativas em fase de elaboração e implementação no âmbito da Comunidade e, por outro, que possa, quando pertinente, contribuir para agilizar a adoção de acordos intracomunitários, mormente promovendo a sua ratificação.

A Assembleia Parlamentar é um órgão e um interlocutor indispensável para a CPLP. Precisamos com urgência fortalecer e aprofundar o nosso diálogo e a nossa coordenação.

Nesse sentido, regozijo-me pela decisão adotada na última sessão do Conselho de Ministros de alterar os Estatutos da CPLP com vista a satisfazer as preocupações manifestadas pela Assembleia Parlamentar no que se refere ao seu enquadramento como órgão da CPLP, formalizadas em recomendação emanada da V Reunião da AP.



A modificação pontual do artigo 11º dos Estatutos da CPLP acomoda a referida recomendação, pelo que aguardamos a ratificação e a entrada em vigor da versão atualizada destes Estatutos.

De forma análoga, encaro, com entusiasmo e optimismo, o engajamento da Assembleia Parlamentar no Mecanismo de Facilitação e Implementação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

A segurança alimentar e nutricional é tema prioritário na agenda da Comunidade e o seu tratamento não pode prescindir da participação ativa dos Parlamentos, tanto na esfera nacional quanto coletivamente, ou seja, no âmbito da Assembleia Parlamentar.

Reitero a total disponibilidade do Secretariado Executivo para contribuir, dentro das suas competências, para o aprofundamento da participação da Assembleia Parlamentar nas atividades da CPLP.

Excelências,

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Não poderia concluir a minha intervenção sem referir-me ao trabalho desenvolvido pela Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP.

Em maio último, por ocasião da minha visita oficial a Brasília, tive a honra e o prazer de ser convidada pela Sr^a Deputada Rosângela Gomes para participar num Encontro, organizado pela mesma, na



Câmara dos Deputados, em que esteve também presente a Sr^a Deputada Benedita da Silva. É com grande alegria que as reencontro aqui em Lisboa.

Pude, naquele encontro, tomar contacto, não somente com as trajetórias individuais destas duas parlamentares, mas sobretudo com o trabalho que desenvolvem, no plano interno e na esfera da CPLP, em prol da igualdade e da equidade de género, no combate à violência baseada no género e na busca de inclusão social, política e económica das meninas e mulheres da nossa Comunidade para que elas possam desenvolver o imenso potencial que possuem.

Enquanto mulheres no exercício de altos cargos públicos, é nosso dever dar o exemplo e contribuir para o alcance de sociedades mais justas e equilibradas. A Rede de Mulheres Parlamentares tem um importante papel a desempenhar e uma imensa responsabilidade nesta matéria. Quero que saibam que, enquanto Secretária Executiva da CPLP, e não só, terão todo o meu apoio.

Excelências,

Senhoras e Senhores Deputados

A CPLP é uma obra em construção. À cada geração de governantes, legisladores (e não só, investigadores, estudantes, empresários, a sociedade civil, em geral) cabe dar o seu contributo para a consolidação deste projeto colectivo.



Contamos com a colaboração da Assembleia Parlamentar para que a CPLP seja, cada vez mais, a intérprete das mais profundas e legítimas aspirações dos Estados-membros e seus cidadãos.

Termino, formulando à Vossas Excelências votos de bom trabalho.

Muito obrigada pela vossa atenção.